

EDITORIAL

O mês de maio promete ser de muitas tratativas e conversações para o meio rural. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) anunciou que a divulgação do Plano de Safra – que prevê a liberação de recursos para os financiamentos de custeio dos plantios – somente deve acontecer em junho. Com isso, aumenta a ansiedade e a preocupação dos produtores rurais.

O presidente do Sistema Farsul, Carlos Sperotto, participou de audiência com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no mês de abril, em Brasília, em que foi debatida, entre outros assuntos, a redução dos juros dos empréstimos agropecuários de 8,75% para 4,5%. A intenção é possibilitar ao homem do campo o pagamento de juros mais baixos como tem acontecido com o restante dos segmentos econômicos, cujos contratos são regidos pela taxa Selic. Os juros agropecuários foram negociados na época em que a taxa era de 23%. Atualmente, a Selic está em 12,5% e os juros do agronegócio continuam os mesmos.

Além da redução dos juros, a Farsul e a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) buscam o aumento do volume de recursos para o financiamento do custeio da safra, já que o produtor não tem recursos próprios para investir. O pedido é de R\$ 90 bilhões, contra R\$ 60 bilhões do ano passado. O pacote de propostas apresentado pelas entidades ainda prevê a autorização da importação de insumos dos demais países do Mercosul, a liberação dos herbicidas genéricos e a criação de um dispositivo automático para redução dos juros agropecuários conforme a variação na Selic.

De nada adiantará ampliar o recurso global se não for tomada uma medida em relação ao limite de endividamento individual dos produtores. Conforme dados do Banco do Brasil, cerca de 70% dos seus 400 mil clientes da agricultura empresarial não podem mais tomar empréstimos, por estarem com seu limite comprometido. O BB detém 58% de participação no crédito concedido ao setor e a tendência, conforme Sperotto, é que o fato se repita nas demais instituições financeiras.

No entanto, é necessário que o produtor também faça sua parte, revendo seus custos de produção e avaliando muito bem sua capacidade de endividamento. Não é o momento de se deixar levar pela euforia. A agropecuária gaúcha apenas ensaia um princípio de recuperação e isto somente vai acontecer se o produtor programar bem seus investimentos. O produtor deve estar atento ao mercado e plantar somente o que terá capacidade de ser escoado.

Se cada um fizer sua parte e o governo federal for sensível às demandas do agronegócio, pode-se reverter o quadro de prejuízo e frustração em que o campo está inserido em pouco tempo. A conjuntura no mercado externo e doméstico é propícia às mudanças. Que os novos ventos tragam notícias melhores.

Blau Souza*

As conversas antes, durante e após os encontros dos Clubes de Integração e Troca de Experiências (CITES) são muito ricas e fazem aflorar a cultura de produtores rurais em seu próprio meio. Isto se repetiu no CITE 27 em Lavras do Sul e aproveitou para alinhar acontecimentos e idéias sobre êxodo rural e reforma agrária, certo de que esses temas seriam mais bem tratados se houvesse em cada município levantamentos históricos e sócio-econômicos confiáveis. Vejam, por exemplo, fatos acontecidos nas Lavras durante as revoluções de 1893 e de 1923. As forças de Gumercindo Saraiva estavam acampadas entre Lavras e São Gabriel e o chefe federalista soube que alguns elementos sob seu comando iriam assaltar a casa de comércio de um espanhol rico e que seria morto na ação. Gumercindo prendeu os malfeitores e aconselhou Norberto Gómez, o dono do negócio, a abandonar o Salso e se transferir para a sede do município, onde o seu negócio e as vidas, dele e dos familiares, estariam mais seguras. O conselho foi aceito e a vila de Lavras assistiu ao surgimento de forte casa de comércio ao lado de residência com inegável valor arquitetônico. Em 1923, após a degola de um filho inválido em sua própria cama por um grupo de malfeitores disfarçados de revolucionários, o senhor Nicomedes Monteiro, também transferiu sua casa de negócios do interior do município para a cidade, onde ele e seus filhos atuaram por muitos anos no comércio e em outras atividades. Fatos como esses escancararam a insegurança que asso-

Êxodo e êxito

lava o interior dos municípios, fonte generosa em que eram recrutados homens, cavalos e mulheres para as forças em luta. Quantos pequenos proprietários, fregueses dos comerciantes apontados, migraram como eles? O número foi grande e explica as dezenas de taperas ainda testemunhadas por valos demarcatórios de cercados, árvores plantadas ou por restos de casas e de fornos. Somem-se à insegurança do interior, a ausência de escolas e de assistência médica, a chegada de

Existe sentido em defender reforma agrária no momento atual e no futuro? Claro que sim, mas para os vocacionados, para aqueles que demonstrem aptidões, que se inscrevam em programas com direitos e deveres bem claros e que tenham identidade conhecida. Isso será possível se as estruturas que tratam do assunto abandonarem ranços ideológicos, exigirem contrapartida para a assistência prestada, bem como excluam de seu meio os criminosos e os agitadores profissionais.

uma política trabalhista e de previdência apenas para as populações urbanas, bem como a convocação obrigatória dos jovens adultos para servirem às forças armadas e até nos surpreenderemos com a quantidade de heróicos agricultores que permaneceram nas suas pequenas propriedades. Ficaram lá sem assistência técnica, sem financiamentos bancários, sem preço para o que produziam e que, por vezes, apodrecia por falta de escoamento e de compradores. Claro que houve muito progresso nas últimas décadas e isso leva a diminuir o êxo-

do até por que as vantagens e o conforto propiciados pelas cidades está chegando ao campo. Mas a fuga das áreas rurais é uma regra em todos os países desenvolvidos em função da mecanização das lavouras e da necessidade de produzir, em maiores quantidades, alimentos saudáveis, baratos e abundantes. A menos que se organizem em cooperativas e que tenham assistências múltiplas, os pequenos proprietários estão fadados a uma sobrevivência pobre, inferior a que lhes seria assegurada nas cidades. A insatisfação dos migrantes com os grandes centros urbanos é cantada em prosa e verso, mas cidades como São Paulo devem sua grandeza a essas populações e o êxodo se transforma em êxito para famílias pobres, cujos integrantes realizam prodígios em uma ou duas gerações.

Existe sentido em defender reforma agrária no momento atual e no futuro? Claro que sim, mas para os vocacionados, para aqueles que demonstrem aptidões, que se inscrevam em programas com direitos e deveres bem claros e que tenham identidade conhecida. Isso será possível se as estruturas que tratam do assunto abandonarem ranços ideológicos, exigirem contrapartida para a assistência prestada, bem como excluam de seu meio os criminosos e os agitadores profissionais. Ninguém prejudica mais a reforma agrária do que os ditos agricultores sem terra quando invadem propriedades produtivas e prédios públicos, sempre protegidos pelo anonimato. A propósito, será possível acreditar na seriedade dos governos quando nada fazem para identificar os invasores?

* Médico e escritor

EXPEDIENTE

SISTEMA FARSUL



Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul



Rio Grande do Sul



CENTRO DO AGRONEGÓCIO

FARSUL
 Presidente:
 Carlos Rivaci Sperotto
 Vice-presidente:
 Gedeão Silveira Pereira
 Diretor Administrativo:
 Francisco Lineu Schardong
 Diretor Financeiro:
 Jorge Rodrigues

SENAR-RS
 Presidente:
 Carlos Rivaci Sperotto
 Superintendente:
 Eduardo Delgado
 Divisão Administrativa:
 Carlos Alberto Schütz
 Divisão Técnica:
 Taylor Favero Guedes
 Div. Planejamento e Projetos
 Saulo Gomes

JORNAL SUL RURAL
 Diretor: Décio Rosa Marimon
 Jornalista responsável:
 Marcela Duarte (MTB 9.870)
 Fotos: Fabrício Barreto, Luiz Ávila e arquivo
 Colaboração:
 Alessandra Bergmann
 Circulação Mensal
 Tiragem: 30.000 exemplares

Administração, redação e comercial: Praça Saint Pastous, 125 - Fone: (51) 3214.4400
 Fax: (51) 3221.9113 e-mail: sulrural@farsul.org.br - Porto Alegre/RS - Cep 90051-170